



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – DIREAD
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

JOSÉ LUCIANO GOMES DA SILVA

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E
PROFISSIONAL PARA ESTUDANTES DE ALAGOAS: UMA COMPARAÇÃO
ENTRE A REALIDADE DA CAPITAL E DO SERTÃO**

**MACEIÓ, AL
2026**

JOSÉ LUCIANO GOMES DA SILVA

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E
PROFISSIONAL PARA ESTUDANTES DE ALAGOAS: UMA COMPARAÇÃO
ENTRE A REALIDADE DA CAPITAL E DO SERTÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Alagoas Ifal, polo Santana do Ipanema, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), como requisito parcial para obtenção do título de pós-graduado em Docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof.Me. Dartagnan Ferreira de Macêdo

**MACEIÓ, AL
2026**

FOLHA DE APROVAÇÃO

JOSÉ LUCIANO GOMES DA SILVA

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL PARA ESTUDANTES DE ALAGOAS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A REALIDADE DA CAPITAL E DO SERTÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Especialização em Docência para a
Educação Profissional e Tecnológica do Instituto
Federal de Alagoas, pólo Maceió, como requisito
parcial para a obtenção do grau de Especialista em
Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: 24/03/2026

BANCA EXAMINADORA

Prof.Me. Dartagnan Ferreira de Macêdo
Instituto Federal de Alagoas

Prof.Me. Diego da Guia Santos
Instituto Federal de Alagoas

Prof.Me. Ricardo Luís de Oliveira Ribeiro
Instituto Federal de Alagoas

FICHA CATALOGRÁFICA



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas - Campus Coruripe
Biblioteca Prof.^a Maria Lúcia Coutinho Cavalcante

372
S586d

Silva, José Luciano Gomes da.
Desafios e perspectivas de acesso ao ensino técnico e profissional
para estudantes de Alagoas: uma comparação entre a realidade da
capital e do sertão / José Luciano Gomes da Silva. – Dados
eletrônicos (1 arquivo: 258 KB). – 2026.
24f.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.
Modo de acesso: Internet.

Orientação: Prof. Dr. Dartagnan Ferreira de Macêdo.
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência na
Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Alagoas,
UAB: Polo Campus Coruripe, Coruripe, 2026.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Políticas Públicas. 3.
Desigualdade regional. 4. Ensino técnico e profissional - Alagoas. I.
Título.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho a Deus, o Misericordioso, por Sua infinita graça e por iluminar meu caminho quando as incertezas surgiram. À minha esposa, minha companheira de vida, agradeço por abdicar de momentos ao meu lado para que eu pudesse estudar e por ser meu porto seguro. À minha família, meu eterno reconhecimento pelo suporte e pelos valores transmitidos. Aos amigos leais, agradeço pela parceria e por compartilharem as angústias e as alegrias desta etapa acadêmica. Sem vocês, este sonho não seria possível.

RESUMO

Este trabalho analisa os desafios e as perspectivas do ensino técnico e profissional no estado de Alagoas, estabelecendo uma comparação entre a capital, Maceió, e a região do sertão alagoano. O estudo parte da constatação de que persistem desigualdades regionais que interferem na oferta, no acesso e na qualidade da educação profissional, refletindo diretamente nas oportunidades de qualificação e inserção de jovens no mercado de trabalho. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com apoio de dados estatísticos e análise documental sobre a distribuição de instituições de ensino técnico, infraestrutura educacional e indicadores socioeconômicos. A investigação busca compreender as principais barreiras enfrentadas pelos estudantes do interior, tais como limitações estruturais das instituições, escassez de cursos, distâncias geográficas e condições socioeconômicas que dificultam o acesso, a permanência e a conclusão da formação profissional. Em contrapartida, observa-se que a capital concentra maior número de instituições, recursos educacionais e possibilidades de inserção profissional. Os resultados evidenciam a necessidade de fortalecimento de políticas públicas voltadas à expansão e à interiorização do ensino técnico, com o objetivo de reduzir desigualdades regionais e ampliar as oportunidades educacionais e profissionais. Conclui-se que a ampliação do acesso à educação profissional pode contribuir para o desenvolvimento social e econômico das regiões menos favorecidas do estado.

Palavras-chave: educação profissional; desigualdade regional; ensino técnico; Alagoas; políticas públicas.

ABSTRACT

This study analyzes the challenges and perspectives of technical and vocational education in the state of Alagoas, Brazil, establishing a comparison between the capital, Maceió, and the hinterland region of the state. The research is based on the observation that regional inequalities persist and directly affect the availability, access, and quality of professional education, consequently influencing young people's opportunities for qualification and entry into the labor market. The study adopts a qualitative approach, supported by statistical data and document analysis concerning the distribution of technical education institutions, educational infrastructure, and socioeconomic indicators. The investigation seeks to understand the main barriers faced by students in inland regions, such as institutional structural limitations, limited availability of courses, geographic distance, and socioeconomic conditions that hinder access, retention, and completion of professional training. In contrast, the capital shows a higher concentration of institutions, educational resources, and employment opportunities. The results highlight the need to strengthen public policies aimed at expanding and decentralizing technical education in order to reduce regional inequalities and broaden educational and professional opportunities. It is concluded that expanding access to vocational education can contribute to the social and economic development of less favored regions of the state.

Keywords: vocational education; regional inequality; technical education; Alagoas; public policies.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFAL – Instituto Federal de Alagoas

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

RAP - Registro de Alunos/Atendimento/Participação

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Comparação da oferta de instituições de ensino técnico entre Maceió e o sertão alagoano

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 JUSTIFICATIVA	13
3 OBJETIVOS	14
3.1 Objetivo Geral	14
3.2 Objetivos Específicos	14
4 REFERENCIAL TEÓRICO	15
4.1 Educação técnica e profissional no Brasil	15
4.2 Políticas públicas para a educação profissional	17
4.3 O contexto educacional em Alagoas	18
5 METODOLOGIA	20
6 RESULTADO E DISCUSSÃO	22
6.1 Oferta de cursos e infraestrutura	23
6.2 Perfil socioeconômico dos estudantes	24
6.3 Barreiras de acesso e permanência	25
6.4 Perspectivas e empregabilidade	26
6.5 Discussão integrada e resultados	27
6.6 Contribuições da pesquisa	28
6.7 Limitações do estudo	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	33
APÊNDICES	34
Apêndice A - Proposta estratégicas para o fortalecimento do ensino técnico em Alagoas	34

1 INTRODUÇÃO

A educação técnica e profissional representa um componente estratégico para o fortalecimento da qualificação da força de trabalho, promoção da inclusão social e redução das desigualdades regionais no Brasil. Este tipo de formação tem o potencial de articular conhecimentos teóricos e práticos voltados às demandas contemporâneas do mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, ampliar as oportunidades de inserção dos jovens no mercado produtivo (Brasil, 2011). No entanto, em estados caracterizados por fortes desigualdades socioeconômicas, como Alagoas, o acesso a cursos técnicos e profissionais ainda enfrenta desafios significativos, revelando disparidades entre a capital e as regiões do interior.

Dados recentes sobre a distribuição da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil apontam que o acesso de jovens com menor condição socioeconômica é mais limitado, indicando desequilíbrios de equidade, especialmente em áreas rurais e periferias, onde a oferta de cursos e infraestrutura educacional é mais restrita (Nexo, 2025; ITAÚ Educação e Trabalho, 2025). Além disso, políticas públicas voltadas à expansão da educação técnica, tais como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), têm como objetivo ampliar tanto a oferta quanto a interiorização desses cursos, mas ainda enfrentam desafios para alcançar de forma equitativa todas as regiões do país (Brasil, 2011).

No contexto alagoano, essa desigualdade se manifesta de forma ainda mais acentuada. Maceió, como capital, concentra a maior parte das instituições de ensino técnico, laboratórios, recursos tecnológicos e opções de formação, enquanto o sertão alagoano registra menor número de vagas, maior carência de infraestrutura adequada e dificuldades de acesso físico e econômico à formação profissional. Tal cenário reforça as disparidades regionais historicamente construídas no Brasil, que se expressam tanto no campo educacional quanto nas oportunidades de inserção no mundo do trabalho (Furtado, 2009; F, 2001).

A docência na Educação Profissional e Tecnológica enfrenta, igualmente, desafios próprios, pois requer a articulação de saberes técnicos e pedagógicos que respondam às demandas sociais e do mundo produtivo, preservando a qualidade formativa dos cursos ofertados (Pasqualli; Viella; Vieira, 2023). Nesse sentido, compreender as barreiras que limitam o acesso à EPT no sertão

alagoano em comparação à capital não é apenas um exercício descritivo, mas uma necessidade urgente de repensar políticas públicas e estratégias educacionais que favoreçam maior equidade e desenvolvimento regional.

Diante desse cenário, o presente trabalho propõe-se a realizar uma análise comparativa entre a realidade da capital, Maceió, e o sertão alagoano, considerando fatores estruturais, geográficos e socioeconômicos que influenciam o acesso à educação técnica e profissional no estado de Alagoas.

Nesse sentido, o estudo é orientado pelo seguinte problema de pesquisa: em que medida as desigualdades regionais entre a capital e o sertão alagoano impactam o acesso, a permanência e as perspectivas de empregabilidade dos estudantes na Educação Profissional e Tecnológica?

A partir dessa questão, busca-se compreender como a distribuição da oferta educacional, as condições socioeconômicas e as políticas públicas contribuem para a manutenção ou redução dessas desigualdades.

2 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema justifica-se pela centralidade que a educação técnica e profissional ocupa na promoção da inclusão social, no combate às desigualdades e na preparação dos jovens para a vida produtiva e cidadã. Em estados como Alagoas, onde a diferença entre áreas urbanas e rurais é histórica e profundamente marcada por insuficiências econômicas e educacionais, torna-se imperativo compreender como tais desigualdades se refletem no acesso à formação técnica.

A disparidade entre a capital e o sertão vai além da simples presença de instituições de ensino. Ela envolve questões estruturais como infraestrutura, transporte, conectividade digital, condições de permanência estudantil e oferta de cursos alinhados às demandas locais. Esses fatores, por sua vez, influenciam diretamente as trajetórias dos estudantes, impactando sua permanência e conclusão dos cursos, bem como suas perspectivas de inclusão no mercado de trabalho (Nexo, 2025).

Este estudo busca, portanto, contribuir para o debate acadêmico e político sobre a interiorização da educação profissional e a redução das desigualdades regionais, trazendo à tona a importância de políticas públicas mais contextuais e sensíveis às especificidades locais. Ao investigar essas diferenças, pretende-se também valorizar as vozes dos estudantes do sertão, cujas experiências muitas vezes permanecem invisíveis nas estatísticas oficiais e nos planejamentos educacionais, mas que são essenciais para a compreensão profunda da realidade educacional alagoana.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar, de forma comparativa, os desafios e as perspectivas de acesso ao ensino técnico e profissional para estudantes do estado de Alagoas, considerando a realidade da capital (Maceió) e das cidades do sertão, com foco nas desigualdades regionais e nas estratégias de expansão educacional.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os principais obstáculos enfrentados pelos estudantes do sertão alagoano no acesso à educação técnica e profissional, incluindo fatores socioeconômicos, geográficos e de infraestrutura.
- Comparar a oferta de cursos, infraestrutura educacional e oportunidades de formação entre Maceió e cidades do sertão de Alagoas.
- Descrever o impacto de políticas públicas, como o Pronatec e outras ações de interiorização da EPT, sobre a expansão e democratização do acesso à educação técnica no estado.
- Propor recomendações e estratégias para a ampliação e melhoria da educação técnica e profissional nas regiões interioranas, visando promover maior equidade e desenvolvimento regional.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente referencial teórico aborda a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil a partir de seus fundamentos legais, históricos e conceituais, destacando sua importância para a formação integral e para o desenvolvimento social. Discute-se a evolução das concepções pedagógicas e o papel das políticas públicas na ampliação do acesso e na redução das desigualdades educacionais. Além disso, analisa-se a atuação das instituições formadoras e sua contribuição para a interiorização do ensino. Por fim, o referencial contextualiza essas discussões no cenário do estado de Alagoas, evidenciando desafios estruturais e regionais. Dessa forma, oferece subsídios teóricos para compreender as desigualdades no acesso à educação profissional.

4.1 EDUCAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL NO BRASIL

A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/1996), que estabelece a integração dessa modalidade com a educação básica e sua articulação com o mundo do trabalho. A legislação compreende a educação profissional como um processo formativo voltado ao desenvolvimento de competências técnicas, científicas e sociais, necessárias à formação integral do indivíduo e à sua inserção qualificada no mercado de trabalho (Brasil, 1996). Nesse sentido, a educação técnica ultrapassa a lógica da preparação imediata para o emprego, contribuindo para a formação cidadã, crítica e socialmente comprometida.

Ao longo do processo histórico, a organização da educação profissional no país foi influenciada por distintas concepções pedagógicas. Entre elas, destaca-se a pedagogia tecnicista, que exerceu forte influência a partir da segunda metade do século XX, especialmente durante o período de expansão industrial brasileira. Conforme analisa Silva (2011), essa perspectiva priorizava a eficiência, a produtividade e a adequação da formação educacional às demandas do mercado de trabalho, enfatizando a racionalização do ensino e a preparação de mão de obra para o sistema produtivo. Tal concepção contribuiu para a

consolidação de práticas educativas orientadas ao treinamento técnico e à funcionalidade econômica.

Apesar das críticas dirigidas ao modelo tecnicista, sua influência foi relevante para a institucionalização da educação profissional como política pública estratégica. A partir das décadas seguintes, especialmente no início do século XXI, observa-se um movimento de reconfiguração da Educação Profissional e Tecnológica, com vistas à superação de uma formação estritamente instrumental. Nesse contexto, ganha força a proposta de formação integrada, que articula trabalho, ciência, tecnologia e cultura, conforme discutem Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005).

Essa reconfiguração está diretamente associada à criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela Lei nº 11.892/2008. Os Institutos Federais passam a desempenhar papel central na oferta de educação profissional em diferentes níveis e modalidades, promovendo a verticalização do ensino e a integração entre educação básica, técnica e superior (Brasil, 2008). Além disso, essas instituições assumem o compromisso com o desenvolvimento regional, a inclusão social e a interiorização da oferta educacional, especialmente em territórios marcados por desigualdades socioeconômicas.

No plano teórico, a relação entre educação, desenvolvimento e desigualdade regional pode ser compreendida a partir de diferentes abordagens. Para Sen (1999), o desenvolvimento está relacionado à ampliação das liberdades substantivas dos indivíduos, sendo a educação um elemento fundamental nesse processo. De forma complementar, Furtado (2009) destaca que o subdesenvolvimento se manifesta por meio de estruturas econômicas e sociais desiguais, que limitam o acesso a oportunidades e perpetuam disparidades regionais.

A educação escolar brasileira, nesse contexto, encontra-se profundamente vinculada ao processo histórico de formação social do país. Conforme argumenta Saviani (2013), a organização do sistema educacional foi marcada, ao longo do tempo, por interesses das elites econômicas e políticas, resultando em desigualdades no acesso e na permanência escolar. Essa perspectiva histórica contribui para a compreensão dos desafios contemporâneos relacionados à

democratização do ensino e à garantia de qualidade educacional em diferentes contextos territoriais.

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, tais desafios se expressam de forma particular na atuação docente e na organização pedagógica. Segundo Pasqualli, Viella e Vieira (2023), a docência na EPT exige práticas interdisciplinares, constante atualização profissional e articulação entre formação humana integral e demandas do mundo do trabalho, elementos essenciais para o fortalecimento do ensino integrado.

Dessa forma, a educação técnica e profissional, amparada pelo marco legal da LDB e fortalecida pela criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, consolida-se como um elemento fundamental para o desenvolvimento social, econômico e regional, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de enfrentamento das desigualdades estruturais que historicamente marcam a realidade educacional brasileira.

4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

As políticas públicas constituem instrumentos fundamentais para a organização da ação do Estado frente às demandas sociais. De acordo com Souza (2006), podem ser compreendidas como um conjunto de decisões e ações governamentais voltadas à resolução de problemas públicos, envolvendo processos de formulação, implementação e avaliação. No campo educacional, essas políticas desempenham papel central na promoção do acesso, da permanência e da equidade no sistema de ensino.

No âmbito da educação profissional, diversas iniciativas foram implementadas nas últimas décadas com o objetivo de ampliar o acesso à formação técnica e reduzir desigualdades educacionais. Entre elas, destaca-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), instituído em 2011, que buscou expandir a oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional por meio de parcerias entre instituições públicas e privadas, priorizando públicos em situação de vulnerabilidade social (Brasil, 2011).

Outro eixo estruturante das políticas públicas voltadas à educação profissional é a atuação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e

Tecnologia. Criados pela Lei nº 11.892/2008, esses institutos possuem autonomia administrativa, pedagógica e financeira, e ofertam cursos técnicos, tecnológicos e de licenciatura, articulando ensino, pesquisa e extensão às demandas dos territórios onde estão inseridos (Brasil, 2008). Nesse sentido, configuram-se como instrumentos estratégicos para a interiorização da educação e para a promoção do desenvolvimento regional.

Entretanto, a efetividade dessas políticas está diretamente relacionada à sua capacidade de reduzir desigualdades estruturais e garantir condições de acesso e permanência aos estudantes. Isso implica considerar não apenas a expansão da oferta educacional, mas também aspectos como infraestrutura, assistência estudantil e articulação com as dinâmicas socioeconômicas locais.

4.3 O CONTEXTO EDUCACIONAL EM ALAGOAS

Embora a Educação de Jovens e Adultos (EJA) represente uma dimensão importante do sistema educacional brasileiro, sua abordagem neste estudo é considerada apenas de forma contextual, uma vez que o foco central da pesquisa está direcionado ao acesso à Educação Profissional e Tecnológica. Nesse sentido, a análise concentra-se nas condições estruturais e nas desigualdades regionais que impactam diretamente a formação técnica no estado de Alagoas.

O estado de Alagoas apresenta indicadores socioeconômicos que evidenciam desafios históricos relacionados à desigualdade social e à distribuição de oportunidades educacionais. Essas condições refletem-se na organização do sistema de ensino, especialmente no que se refere ao acesso à educação profissional, à permanência dos estudantes e à qualidade da formação ofertada.

No contexto das desigualdades regionais, observa-se que fatores como infraestrutura educacional, disponibilidade de transporte, condições socioeconômicas das famílias e acesso a políticas de assistência estudantil influenciam diretamente a trajetória dos estudantes. Regiões interioranas, em particular, tendem a enfrentar maiores limitações estruturais, o que impacta o acesso e a continuidade dos estudos na Educação Profissional e Tecnológica.

Dessa forma, a compreensão do contexto educacional alagoano exige a análise das relações entre território, políticas públicas e desigualdades sociais,

considerando que a educação profissional se insere em um cenário mais amplo de desenvolvimento regional e inclusão social.

5 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, com abordagem comparativa, orientado pela análise das desigualdades regionais no acesso à Educação Profissional e Tecnológica no estado de Alagoas.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, a investigação baseia-se em levantamento bibliográfico, análise documental e uso de dados estatísticos secundários, com o objetivo de articular interpretação teórica e evidências empíricas.

O levantamento bibliográfico contemplou publicações que abordam a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), políticas públicas educacionais, desigualdades regionais e desenvolvimento socioeconômico.

A análise documental foi realizada a partir de fontes institucionais e normativas, incluindo legislações educacionais, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFAL (2024–2028), documentos do Ministério da Educação (MEC), além de relatórios oficiais.

Os dados estatísticos utilizados foram extraídos de bases oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a Plataforma Nilo Peçanha, considerando indicadores relacionados à oferta educacional, número de matrículas, infraestrutura e perfil socioeconômico.

O recorte temporal da pesquisa compreende dados atualizados entre 2022 e 2025, período que permite analisar tendências recentes da expansão da educação profissional.

O recorte geográfico incluiu a capital Maceió e municípios representativos do sertão alagoano - Delmiro Gouveia, Piranhas e Santana do Ipanema - selecionados com base nos seguintes critérios: i) presença de unidades da Rede Federal ou oferta de educação técnica; ii) relevância regional; iii) representatividade territorial do sertão alagoano.

A análise dos dados foi realizada por meio de análise comparativa e categorial, considerando as seguintes dimensões: i) infraestrutura educacional; ii) oferta de cursos; iii) perfil socioeconômico dos estudantes; iv) políticas de acesso e permanência; v) perspectivas de empregabilidade.

A interpretação dos dados ocorreu de forma articulada ao referencial teórico, permitindo identificar padrões, desigualdades e limites estruturais da oferta de Educação Profissional e Tecnológica no estado de Alagoas.

6 RESULTADO E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta uma análise comparativa entre a capital alagoana, Maceió, e municípios representativos do sertão (como Delmiro Gouveia, Piranhas e Santana do Ipanema), enfocando o acesso à Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A comparação considera dimensões institucionais (oferta de cursos, infraestrutura e capacidade de atendimento), territoriais (distâncias e mobilidade), e socioeducacionais (condições de permanência e vulnerabilidades), pois tais fatores tendem a operar de forma combinada na trajetória de ingresso, continuidade e conclusão da formação técnica.

No plano institucional, a distribuição territorial dos campi do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) evidencia avanços no processo de interiorização, embora persistam limites de cobertura diante da extensão territorial e da dispersão populacional do interior. Ademais, o próprio PDI do IFAL reconhece a retomada da expansão estruturada da Rede Federal anunciada em março de 2024, informando a previsão de novos campi no estado (Girau do Ponciano, Mata Grande e Maceió), o que reforça a necessidade de interpretar a oferta atual à luz de tendências de ampliação e reorganização da rede.

Do ponto de vista da infraestrutura, um indicador relevante para a qualidade da oferta é a disponibilidade de ambientes e laboratórios associados aos cursos. O PDI apresenta a quantidade de laboratórios por campus, revelando forte assimetria entre unidades, com destaque para Maceió (91 laboratórios) em comparação, por exemplo, a Santana do Ipanema (7), dado que pode influenciar diretamente a complexidade e diversidade de cursos ofertados e a experiência formativa dos estudantes.

QUADRO 1: Comparação da oferta de instituições de ensino técnico entre Maceió e o sertão alagoano

QUANTIDADE DE CAMPI/IFAL
Capital (Maceió) - 2
Sertão Alagoano - 3
Outras regiões de Alagoas - 11

Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Embora o Quadro 1 apresente a distribuição atual dos campi do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), a análise comparativa entre capital e sertão torna-se mais consistente quando considerada a dinâmica de expansão institucional prevista no planejamento recente. No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028, o IFAL registra a retomada da expansão da Rede Federal anunciada em 12 de março de 2024 e informa que, em Alagoas, foram contemplados três municípios para implantação de novos campi - Girau do Ponciano, Mata Grande e Maceió (IFAL, 2024).

Esse registro reforça que a interiorização ocorre como diretriz estratégica, porém a configuração atual ainda indica sobrecarga territorial das unidades do interior, o que pode intensificar desafios de deslocamento, acesso cotidiano e permanência estudantil, sobretudo para estudantes que dependem de transporte, assistência estudantil e conciliação entre estudo e trabalho.

6.1 OFERTA DE CURSOS E INFRAESTRUTURA

A análise da oferta de cursos e da infraestrutura nos campi do Instituto Federal de Alagoas evidencia diferenças significativas entre a capital e o sertão. Dados da Plataforma Nilo Peçanha, referentes ao ano-base 2024, indicam que o Campus Maceió concentra o maior volume de matrículas da instituição, totalizando 62.490 matrículas equivalentes, o que reflete uma oferta mais ampla de cursos e infraestrutura consolidada.

Em contraste, os campi localizados no sertão apresentam quantitativos significativamente menores, como Piranhas, com 8.746 matrículas, e Santana do Ipanema, com 6.485 matrículas, ainda que atendam estudantes provenientes de diversos municípios da região.

A análise do indicador RAP 2024 evidencia que a ausência de registros de matrículas em determinados contextos do interior alagoano não deve ser interpretada apenas como inexistência institucional, mas como indício de que a oferta educacional ainda não se encontra consolidada no período analisado. Essa distinção entre presença institucional e efetividade da oferta revela-se fundamental para a compreensão das desigualdades territoriais no acesso à educação profissional.

Esses números evidenciam que, apesar dos avanços na interiorização da Educação Profissional e Tecnológica em Alagoas, persiste uma concentração expressiva da capacidade de atendimento na capital. A discrepância no volume de matrículas e, conseqüentemente, na oferta de cursos e infraestrutura, indica desafios relacionados à expansão equilibrada, à permanência estudantil e ao atendimento das demandas locais de empregabilidade no sertão alagoano.

6.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES

O perfil socioeconômico dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica apresenta diferenças relevantes entre a capital e o sertão alagoano, embora a vulnerabilidade social esteja presente em ambos os contextos, ainda que se manifeste de formas distintas. Em Maceió, observa-se maior heterogeneidade do público atendido, com estudantes oriundos tanto de famílias com melhores condições socioeconômicas quanto de grupos socialmente vulnerabilizados.

A capital concentra maior oferta de serviços urbanos, como transporte público, acesso à internet, equipamentos culturais e políticas sociais, o que tende a favorecer a permanência e a continuidade dos estudos, mesmo entre estudantes de baixa renda, ampliando as oportunidades educacionais disponíveis (Sen, 1999).

Entretanto, a existência de maior infraestrutura urbana não elimina as desigualdades sociais na capital. Muitos estudantes de Maceió enfrentam dificuldades econômicas, necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho informal, instabilidade familiar e limitações no acesso a políticas de permanência estudantil. Conforme destaca Saviani (2013), a educação brasileira historicamente reproduz desigualdades sociais, refletindo a estrutura socioeconômica do país e produzindo contrastes significativos mesmo em espaços urbanos mais desenvolvidos.

No sertão alagoano, por sua vez, a vulnerabilidade socioeconômica tende a se apresentar de forma mais intensa e estrutural. Grande parte dos estudantes provém de famílias de baixa renda, residem em áreas rurais ou em pequenos municípios com oferta limitada de serviços públicos e enfrenta dificuldades

relacionadas ao deslocamento, à conectividade digital e ao acesso a políticas de apoio estudantil.

Essas condições estão associadas às desigualdades regionais historicamente construídas no Brasil, conforme analisa Furtado (2009), e impactam diretamente as trajetórias educacionais e as possibilidades de inserção social dos jovens.

Além disso, a necessidade de conciliar os estudos com atividades laborais informais ou sazonais é mais recorrente no interior, o que compromete o desempenho acadêmico e contribui para maiores índices de evasão. Segundo Frigotto (2001), a relação precoce entre juventude e trabalho, em contextos de pobreza, tende a fragilizar o percurso formativo e limitar o acesso a uma formação integral.

Dessa forma, embora a vulnerabilidade socioeconômica esteja presente tanto na capital quanto no sertão, o que diferencia os contextos é a capacidade de mitigação dessas vulnerabilidades. Em Maceió, a maior disponibilidade de infraestrutura urbana, redes de apoio e políticas públicas tende a reduzir os impactos negativos sobre a trajetória educacional dos estudantes. No sertão, a combinação entre pobreza, dispersão territorial e menor oferta de serviços intensifica os obstáculos à permanência e à conclusão da formação técnica, reforçando desigualdades educacionais historicamente consolidadas (Ciavatta; Ramos, 2011).

6.3 BARREIRAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA

As barreiras enfrentadas pelos estudantes do sertão alagoano são múltiplas e interligadas, estando relacionadas sobretudo às condições territoriais, socioeconômicas e à oferta de políticas de permanência. Entre os principais obstáculos, destacam-se a distância geográfica entre a residência e as instituições de ensino, a dependência de deslocamentos intermunicipais e a insuficiência ou irregularidade do transporte escolar, fatores que impactam diretamente a frequência e a continuidade dos estudos.

No que se refere à infraestrutura, é importante evitar generalizações. Alguns campi do sertão, como o de Piranhas, apresentam estrutura física e laboratorial consolidada, conforme evidenciado nos documentos institucionais do

IFAL. No entanto, mesmo nesses casos, a ampla área de abrangência atendida pelo campus e a dispersão territorial dos estudantes impõem desafios adicionais que não se restringem à estrutura interna da instituição, mas envolvem acesso cotidiano, mobilidade e condições socioeconômicas externas ao espaço escolar.

Outro fator relevante diz respeito à conectividade digital, especialmente para estudantes residentes em áreas rurais ou localidades com acesso limitado à internet, o que dificulta o uso de ambientes virtuais de aprendizagem, plataformas digitais e recursos pedagógicos complementares. Soma-se a isso a necessidade de conciliar os estudos com atividades laborais informais ou sazonais, realidade recorrente no sertão, que compromete o desempenho acadêmico e aumenta os riscos de evasão.

No que se refere às políticas de permanência, observa-se que sua efetivação ainda é desigual. Embora existam ações institucionais, como programas de assistência estudantil, estas nem sempre conseguem atender à totalidade da demanda, especialmente no interior, onde as vulnerabilidades socioeconômicas tendem a ser mais intensas e estruturais.

Na capital, Maceió, também há desafios relacionados à vulnerabilidade social; contudo, a maior concentração de serviços públicos, redes institucionais e possibilidades de articulação com o setor produtivo e com o poder público municipal tende a ampliar as estratégias de apoio à permanência estudantil. A proximidade com órgãos públicos, empresas, instituições parceiras e programas governamentais facilita a implementação de ações como estágios, projetos de extensão, iniciativas de inclusão digital e apoio socioeducacional, o que contribui para mitigar os impactos das desigualdades sociais sobre a trajetória escolar dos estudantes.

Dessa forma, a diferença central entre capital e sertão não reside na existência ou inexistência de infraestrutura ou parcerias institucionais, mas na capacidade de articulação territorial e de mitigação das vulnerabilidades, que se mostra mais limitada nos municípios do interior, especialmente para estudantes que dependem de deslocamento, assistência estudantil contínua e políticas públicas integradas.

6.4 PERSPECTIVAS E EMPREGABILIDADE

As perspectivas de empregabilidade dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica apresentam diferenças significativas entre a capital e o sertão alagoano, fortemente influenciadas pelas dinâmicas econômicas, pela estrutura produtiva regional e pelo grau de articulação entre instituições de ensino e mercado de trabalho.

Em Maceió, a formação técnica tende a apresentar maior alinhamento com as demandas do mercado local, em razão da maior concentração de empresas, órgãos públicos, instituições do Sistema S e iniciativas voltadas à qualificação profissional. Esse contexto favorece a oferta de oportunidades de estágio, programas de aprendizagem e inserção profissional, contribuindo para a valorização da educação técnica como estratégia de mobilidade social.

No sertão alagoano, as perspectivas de empregabilidade mostram-se mais restritas, não pela ausência de formação técnica, mas pelas características do mercado de trabalho local. A predominância de atividades econômicas de menor complexidade produtiva, a informalidade e a escassez de empresas de médio e grande porte limitam as oportunidades de absorção dos egressos.

Ademais, observa-se que nem sempre os cursos ofertados dialogam de forma direta com as vocações econômicas regionais, o que dificulta a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos e compromete a inserção profissional dos estudantes. Como consequência, parte dos egressos conclui a formação técnica sem conseguir oportunidades de trabalho na área de formação, o que pode gerar frustração e desmotivação em relação à educação profissional.

6.5 DISCUSSÃO INTEGRADA DOS RESULTADOS

A análise comparativa entre a capital e o sertão alagoano evidencia que as desigualdades territoriais impactam de forma significativa o acesso, a permanência e as perspectivas de empregabilidade dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica. Os resultados apresentados confirmam que Maceió concentra parcela expressiva da infraestrutura educacional, maior diversidade de cursos e instituições com estrutura consolidada, além de maior articulação com o mercado de trabalho, fatores que ampliam as oportunidades formativas e profissionais dos estudantes.

No sertão alagoano, embora se observem avanços no processo de interiorização da Educação Profissional e Tecnológica, os dados revelam limites relacionados à abrangência territorial dos campi, à menor diversidade de cursos ofertados e às dificuldades de acesso cotidiano enfrentadas pelos estudantes. Mesmo em unidades com infraestrutura adequada, como o campus de Piranhas, a dispersão geográfica e a dependência de deslocamentos intermunicipais impõem obstáculos à permanência e à conclusão da formação técnica.

Os resultados também evidenciam que as vulnerabilidades socioeconômicas assumem maior intensidade no interior, manifestando-se por meio da baixa renda familiar, da necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho e do acesso limitado à conectividade digital. Esses fatores, amplamente discutidos no referencial teórico, contribuem para maiores riscos de evasão e para a percepção da educação profissional como um caminho de retorno incerto, especialmente quando não há articulação entre formação técnica e desenvolvimento econômico local.

Nesse sentido, os achados da pesquisa dialogam com a literatura que destaca a necessidade de integração entre formação técnica, políticas públicas de permanência e estratégias de desenvolvimento regional. Conforme apontam Pasqualli, Viella e Vieira (2023), a docência na Educação Profissional e Tecnológica exige a articulação entre saberes técnicos e pedagógicos, de modo a responder às transformações do mundo do trabalho e às necessidades formativas dos estudantes, sobretudo em contextos de maior vulnerabilidade social e territorial.

Assim, os resultados reforçam a importância de diferenciar a presença institucional formal da efetividade da oferta educacional, especialmente no interior do estado. A existência de campi e estruturas físicas, embora fundamental, não garante, por si só, a consolidação da educação profissional como instrumento de inclusão social e desenvolvimento regional, sendo imprescindível a articulação de políticas públicas integradas que considerem transporte, assistência estudantil, conectividade e alinhamento entre formação e vocações econômicas locais.

6.6 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

Esta pesquisa contribui para o debate acadêmico e institucional sobre a interiorização da Educação Profissional e Tecnológica ao evidenciar as desigualdades regionais existentes no estado de Alagoas. Ao comparar a realidade da capital com a do sertão, o estudo oferece subsídios para a formulação e o aprimoramento de políticas públicas mais equitativas, capazes de considerar as especificidades territoriais e socioeconômicas de cada região.

Além disso, o trabalho amplia a compreensão sobre as condições de acesso, permanência e empregabilidade dos estudantes do interior, frequentemente sub-representados nas análises quantitativas. Ao dar visibilidade às trajetórias desses sujeitos, a pesquisa reforça a importância de uma educação profissional contextualizada, integrada às vocações regionais e comprometida com a redução das desigualdades sociais.

6.7 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Como toda investigação científica, este estudo apresenta limitações que devem ser reconhecidas. A primeira refere-se ao recorte geográfico adotado, uma vez que o sertão alagoano foi representado por alguns municípios específicos, não contemplando a totalidade das realidades interioranas do estado, o que limita a generalização dos resultados.

Outra limitação relaciona-se à disponibilidade de dados atualizados e desagregados por município, especialmente no que diz respeito à evasão escolar e à empregabilidade dos egressos da educação técnica. A escassez de indicadores sistematizados dificultou a realização de análises quantitativas mais aprofundadas, reforçando a necessidade de futuras pesquisas que ampliem esse escopo investigativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar, de forma comparativa, os desafios e as perspectivas de acesso ao ensino técnico e profissional para estudantes do estado de Alagoas, considerando a realidade da capital (Maceió) e das cidades do sertão, com foco nas desigualdades regionais e nas estratégias de expansão educacional.

Ao longo da pesquisa, buscou-se compreender como fatores estruturais, territoriais, socioeconômicos e institucionais influenciam o acesso, a permanência e as possibilidades de inserção profissional dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica, objetivo que foi plenamente alcançado por meio da articulação entre revisão teórica, análise documental e interpretação dos dados disponíveis.

Os resultados evidenciaram que Maceió concentra parcela significativa da infraestrutura educacional voltada ao ensino técnico, reunindo maior diversidade de cursos, instituições com estrutura consolidada e maior articulação com o setor produtivo e com políticas públicas complementares. Essa configuração favorece a permanência dos estudantes e amplia as oportunidades de estágio, aprendizagem e inserção no mercado de trabalho, ainda que a capital também apresente expressivas desigualdades sociais e vulnerabilidades que impactam parte do público atendido. Nesse contexto, observa-se que, mesmo diante de melhores condições estruturais, persistem desafios relacionados à equidade no acesso e à garantia de trajetórias educacionais bem-sucedidas para estudantes em situação de vulnerabilidade.

Por outro lado, a realidade do sertão alagoano revela um conjunto mais complexo de limitações que impactam diretamente o acesso e a permanência na Educação Profissional e Tecnológica. Embora haja avanços importantes no processo de interiorização da oferta educacional, especialmente com a atuação dos Institutos Federais, os dados analisados indicam que a distribuição territorial ainda é insuficiente para atender plenamente às demandas regionais. A dispersão geográfica, as dificuldades de deslocamento, a limitação de infraestrutura e a menor oferta de cursos constituem barreiras significativas para os estudantes do interior, evidenciando a persistência de desigualdades historicamente construídas.

Além disso, o perfil socioeconômico dos estudantes do sertão aponta para uma realidade marcada por maiores níveis de vulnerabilidade, o que se reflete na necessidade de conciliar estudos e trabalho, no acesso limitado a recursos tecnológicos e na dependência de políticas de assistência estudantil. Esses fatores, quando associados à menor articulação entre formação técnica e mercado de trabalho local, contribuem para a redução das perspectivas de empregabilidade, o que pode comprometer a valorização da educação profissional como estratégia de mobilidade social.

A análise comparativa realizada ao longo do estudo permite afirmar que as desigualdades entre capital e interior não se restringem à presença ou ausência de instituições de ensino, mas envolvem um conjunto articulado de condições estruturais e sociais que influenciam a efetividade da oferta educacional. Nesse sentido, a simples expansão física da rede de ensino, embora fundamental, não é suficiente para garantir o acesso equitativo e a permanência dos estudantes, sendo necessária a implementação de políticas públicas integradas que considerem as especificidades territoriais.

Dentre essas políticas, destacam-se aquelas voltadas à assistência estudantil, ao fortalecimento da infraestrutura educacional, à ampliação da conectividade digital e à oferta de cursos alinhados às vocações econômicas regionais. A articulação entre instituições de ensino, setor produtivo e poder público local também se mostra essencial para ampliar as oportunidades de inserção profissional dos estudantes, especialmente no contexto do sertão, onde o mercado de trabalho apresenta menor dinamismo e diversidade.

Outro aspecto relevante evidenciado pela pesquisa refere-se à importância da atuação docente na Educação Profissional e Tecnológica. A formação e a prática dos professores desempenham papel central na construção de uma educação integrada, capaz de articular conhecimentos técnicos e formação humana, contribuindo para o desenvolvimento crítico e social dos estudantes. Nesse sentido, investir na valorização e na formação continuada dos docentes constitui uma estratégia fundamental para o fortalecimento da qualidade da educação profissional.

Ademais, os resultados reforçam a necessidade de compreender a educação como elemento estratégico para o desenvolvimento regional. A Educação Profissional e Tecnológica, quando articulada às demandas locais e às

políticas de desenvolvimento, pode contribuir significativamente para a redução das desigualdades sociais e para a promoção de oportunidades mais equitativas. No entanto, para que isso se concretize, é imprescindível que as políticas públicas sejam planejadas e implementadas de forma contextualizada, considerando as particularidades de cada território.

Por fim, destaca-se que este estudo contribui para o aprofundamento do debate sobre a interiorização da educação profissional e as desigualdades regionais no estado de Alagoas, oferecendo subsídios para a formulação de políticas educacionais mais eficazes e inclusivas. Ao evidenciar os desafios e as potencialidades existentes, a pesquisa aponta caminhos para a construção de uma educação técnica mais equitativa, capaz de atender às demandas sociais e promover o desenvolvimento regional de forma sustentável.

Dessa forma, conclui-se que a superação das desigualdades no acesso à Educação Profissional e Tecnológica exige não apenas a ampliação da oferta educacional, mas também o fortalecimento de políticas públicas integradas, a valorização dos sujeitos envolvidos no processo educativo e o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)**. Brasília, DF: MEC, 2011.
- CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. **Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação**. São Paulo: Cortez, 2011.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.
- FURTADO, Celso Monteiro. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS (IFAL). **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2024–2028**. Maceió: IFAL, 2024.
- ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO. **Relatório sobre educação e trabalho no Brasil**. São Paulo: Fundação Itaú, 2025.
- NEXO JORNAL. **Desigualdades no acesso à educação profissional no Brasil**. São Paulo: Nexa, 2025.
- PASQUALI, Roberta; VIELLA, Maria dos Anjos Lopes; VIEIRA, Josimar de Aparecido. **Docência na Educação Profissional e Tecnológica: desafios e perspectivas**. [S.l.]: [s.n.], 2023.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.
- SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, p. 20–45, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A - PROPOSTA ESTRATÉGICA PARA O FORTALECIMENTO DO ENSINO TÉCNICO EM ALAGOAS

O que?	Por que?	Onde?	Quando?	Quem?	Como?	Quanto?
Expandir a oferta de ensino técnico por meio da criação de novos polos e ampliação de cursos	Minimizar desigualdades regionais e ampliar a qualificação profissional	Interior de Alagoas, com prioridade para o sertão	Médio prazo	MEC, Governo do Estado, Institutos Federais e Sistemas	Implantação de unidades descentralizadas e ampliação de vagas	Investimentos públicos federais e estaduais
Melhorar a infraestrutura das instituições de ensino técnico	Fortalecer o processo de ensino-aprendizagem	Escolas técnicas e campi do interior	Curto e médio prazo	Poder público e gestores institucionais	Modernização de laboratórios, bibliotecas e conectividade	Orçamento da educação e parcerias
Alinhar cursos às vocações econômicas regionais	Aumentar empregabilidade e desenvolvimento regional	Regiões produtivas do interior	Contínuo	Instituições de ensino, empresas e governos locais	Diagnóstico regional e criação de cursos específicos	Parcerias e projetos de fomento
Implementar políticas de permanência estudantil	Reduzir evasão e ampliar inclusão	Instituições de ensino técnico de Alagoas	Contínuo	Governo e setores de assistência estudantil	Bolsas, alimentação, transporte e apoio pedagógico	Programas de assistência estudantil

Fortalecer a atuação dos Institutos Federais	Aumentar eficiência das políticas educacionais no interior	Campi dos IFs em Alagoas	Médio prazo	MEC e gestão dos Institutos	Planejamento regional e maior autonomia institucional	Orçamento institucional
--	--	--------------------------	-------------	-----------------------------	---	-------------------------

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).